

Comunidades Imaginadas

Nação e Nacionalismos
em África



Coordenação

Luís Reis Torgal
Fernando Tavares Pimenta
Julião Soares Sousa

Comunidades Imaginadas

Nação e Nacionalismos
em África

Coordenação

Luís Reis Torgal
Fernando Tavares Pimenta
Julião Soares Sousa

Coimbra • 2008



COORDENAÇÃO EDITORIAL
Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensauc@ci.uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

CONCEPÇÃO GRÁFICA
António Barros

PAGINAÇÃO
Paulo Oliveira
[PMP]

EXECUÇÃO GRÁFICA
????????????????

ISBN
978-989-8074-57-7

DEPÓSITO LEGAL
????????????????????

OBRA PUBLICADA COM A COLABORAÇÃO DE:



OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

Apoio do Programa Operacional Ciência, Tecnologia, Inovação
do Quadro Comunitário de Apoio III

A TRANSIÇÃO DE ANGOLA PARA O PORTUGUÊS UMA HISTÓRIA SOCIOLINGUÍSTICA*

0. Introdução

O discurso dominante sobre a situação linguística nos chamados países africanos de língua oficial portuguesa (PALOPs) veiculado por políticos, meios de comunicação social e mesmo algumas gramáticas de referência da língua portuguesa (ex.: Cuesta 1971) tende a retratá-los como monolíngues em português, sendo rara ou inexistente a referência às restantes línguas aí faladas pela maioria da população. Porém, como mostra Castro (2006: 13), “estes países não são monolíngues e as orgulhosas estatísticas que situam o português como quinta língua mais falada a nível mundial não devem ser obtidas pela soma directa dos totais dos seus habitantes”.

Igualmente raras são as referências aos traços linguísticos específicos do português aí falado, enfatizando-se, pelo contrário, a espantosa homogeneidade da língua portuguesa. Contudo, como correctamente afirma Castro (*ibid.* 12) “não é facto indiscutível que em todos os países africanos se siga a norma oral europeia, embora seja adoptada a norma ortográfica de Portugal; pelo contrário, análises linguísticas realizadas sobretudo em Moçambique apontam para a formação incipiente de variedades nacionais nesse país e em Angola”¹.

O discurso dominante sobre a situação linguística nos PALOPs reflecte ainda o “mito da presença multissecular” do português em África (Pélissier 1997: 18), embora dados históricos indiquem que apenas no pós-independência, com a instituição do português como língua oficial, este se terá generalizado entre as populações de Angola, Moçambique e, em menor grau, de Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.

* O presente texto resume as principais ideias do terceiro capítulo da tese de mestrado da autora, *Angola's Transition to Vernacular Portuguese*, subsidiada pela bolsa de investigação SFRH/BM13471/2003, atribuída pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

¹ Deve notar-se que estas descrições são praticamente inexistentes para as variedades cabo-verdiana, guineense e são-tomense do português, mas existem já em número significativo, embora insuficiente, para as variedades angolana (ex. Cabral 2005; Chavagne 2005; Inverno 2007; Mendes 1985; Mingas 1998) e moçambicana (ex. Gonçalves 2002; Gonçalves 2004a, 2004b; Gonçalves e Stroud 1997-2000).

O presente artigo procura contribuir para desmistificar a ideia tão frequentemente difundida do monolingüismo, homogeneidade e presença multisseular da língua portuguesa em África através da análise do caso particular de Angola. Assim, na primeira parte descreve-se a complexidade da situação linguística vivida actualmente no país e apontam-se algumas das características apontadas na literatura como distintivas da variedade angolana do português, aqui designada por português vernáculo de Angola (PVA)². Na segunda parte, apresenta-se uma história sociolinguística do país desde os primeiros contactos com os portugueses, no século XVI, até à actualidade, no sentido de compreender que factores históricos, sociais e linguísticos permitem explicar não só a situação linguística actual em Angola como as características específicas da sua variedade nacional do português.

1. Angola: situação sociolinguística actual

A esmagadora maioria da população angolana, concentrada nos bairros pobres das cidades costeiras ou espalhada pelo interior rural, tem como língua materna uma das diferentes línguas africanas faladas no país (Cuesta 1990: 15). Estas dividem-se em dois grandes grupos etnolinguísticos, o grupo banto e o grupo khoisan, sendo mais faladas as línguas pertencentes ao grupo banto, razão pela qual na década de 1970 seis delas foram seleccionadas como *línguas nacionais*: umbundu, kimbundu, kikongo, cokwe, mbunda-ngangela e ovakwanyama (INL 1980)³. Apesar da inexistência de dados relativamente ao número exacto de falantes de cada uma dessas línguas, estão disponíveis algumas estimativas, que incluímos na Tabela 1 abaixo.

O português, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística de Angola citados por Hodges (2004: 25), apesar do seu estatuto de língua oficial, língua de instrução, do poder político, da cultura e meios de comunicação social, é falado como língua materna em Angola por apenas 26% da população, essencialmente nos grandes centros urbanos, tipicamente na faixa costeira (*ibid.*). Apesar de estes números deitarem por terra a teoria do monolingüismo em português, colocam-no de facto no segundo lugar das línguas mais faladas no país, tendo inclusivamente vindo a sobrepor-se às restantes línguas africanas, principalmente o kimbundu. Para esta situação muito contribui o facto de o português ser mais falado como língua materna por jovens abaixo dos 19 anos de idade (i.e. cerca de 59% da população total, segundo dados da CPLP citados por Castro 2006: 32) do que por adultos, o que pode levar a uma alteração “a médio prazo ... da distribuição das línguas no país e conferir ao português um papel mais central” (Castro 2006: 32).

² Outras designações para referir a variedade angolana do português incluem “português vernacularizado” (Fernandes e Ntondo 2002), “português de Angola” (Mingas 1998) ou “português angolano” (Mendes 1985).

³ A grafia utilizada na designação das línguas africanas é a proposta pelo Instituto Nacional de Línguas de Angola (cf. INL 1980) e utilizada em Fernandes e Ntondo (2002).

Tabela 1: *Grupos etnolinguísticos em Angola*
(baseado em Fernandes e Ntongo 2002 e Hodges 2004)

	Povo	Língua	Estatuto	Falantes (1996)
BANTO	Ovimbundu	Umbundu	Língua nacional	30%
	Ambundu	Kimbundu	Língua nacional	15%
	Bakongo	Kikongo	Língua nacional	8,5%
	Tucokwe	Cokwe	Língua nacional	6%
	Vangangela	Ngangela	Língua nacional	14%
	Ovambo	Ovakwanyama	Língua nacional	
	Ovandonge	Oshindonga	--	
	Ovanyaneka-Nkhumbi	Olunyaneka	--	
Ovahellelo	Oshihelelo	--		
NÃO-BANTO	Khoisan	Khoisan	--	
	Vátwa	Vátwa	--	

No entanto, é importante sublinhar que, contrariamente à ideia implícita no discurso de governantes e meios de comunicação social, a variedade do português que se tem vindo a generalizar não é a variedade padrão europeia, mas sim uma variedade vernácula do português resultante do contacto com as línguas africanas num contexto multilingue em que estas continuam a ser as mais faladas no dia-a-dia pela maioria da população e em que o acesso à educação formal e aos meios de comunicação social é ainda pouco generalizado.

Algumas das especificidades linguísticas dessa variedade, a que chamamos português vernáculo de Angola, incluem um elevado nível de variação ao nível da concordância de número e género entre os elementos do sintagma nominal (ex.: *Estas duas mulher_*; *no mesmo barriga*), entre o sujeito e o verbo (ex.: *documentos que vai para a Lunda*) e entre o sujeito e o elemento predicativo (ex.: *um dia seremos campeão*). Verifica-se também a posposição do possessivo ao nome (ex.: *um dos alunos seus*), a substituição dos pronomes pessoais átonos pelos correspondentes tónicos (ex.: *deixa ele falar*), a generalização de *se* como único pronome reflexo (ex.: *nós conseguimos se entender*) ou apagamento do mesmo (ex.: *ele chama_ MS*) e ocorrência de fenómenos de negação descontínua (ex.: *não considera como na cidade não*). Alguns destes fenómenos, aqui ilustrados com exemplos recolhidos em Angola pela autora em 2004, estariam já presentes na variedade de português aí falada no século XIX, pois Schuchardt (1888) identifica desde logo a redução da flexão nominal e verbal como uma das características mais notórias do português falado à época em Angola.

Segundo Cabral (2005), alguns destes fenómenos linguísticos, nomeadamente a generalização da preposição *em* em contextos não permitidos pela norma do português europeu (ex.: *fui no centro da cidade*), têm vindo a penetrar o discurso de falantes nativos de português em Angola, o que indica não se tratarem estes

de meros “erros” produzidos por falantes com pouca proficiência em português, mas sim especificidades de uma variedade nacional em formação, i.e. o português vernáculo de Angola.

Os factores históricos, sociais e linguísticos que permitem compreender tanto a recente difusão da língua portuguesa no país como a emergência das especificidades acima exemplificadas são analisados na secção seguinte.

2. Transição de Angola para o português: uma história sociolinguística

2.1. Os primeiros 300 anos: da fundação de Luanda (1575) à abolição da escravatura (1845)

As bases para a construção de uma colónia portuguesa na região actualmente ocupada por Angola foram lançadas em 1576, quando o rei D. Sebastião ordenou a fundação da cidade São Paulo de Luanda na foz do rio Kuanza (actual Luanda). Esta região há muito se tornara o novo entreposto comercial dos portugueses na costa ocidental africana, existindo já um pequeno núcleo populacional constituído por europeus e africanos vindos de São Tomé para se dedicarem ao comércio de escravos (Russel-Wood, 1998-2000: 243). São Paulo de Luanda funcionaria como núcleo fundador da nova colónia de Angola e teria Paulo Dias de Novais como primeiro governador. A carta régia concedia-lhe todo o território entre os rios Kuanza e Dande, incluindo 35 léguas a sul deste último, e exigia em troca a aplicação de um plano de povoamento que permitisse o treino de 400 soldados, a fixação de trabalhadores especializados e de 100 famílias de povoadores e a construção de vários fortes e igrejas.

Pouco ou nada sabemos sobre a composição racial ou línguas faladas pelas pessoas que acompanharam Novais, mas é provável que as línguas africanas se tenham desde logo afirmado como línguas principais de comunicação. A ilustrá-lo estão os relatos de utilização de um intérprete branco que falava kimbundu tão correctamente como o próprio embaixador enviado pelo rei Ngola, monarca do vizinho reino do Ndongo, para receber Novais e a sua comitiva. Este episódio parece confirmar a afirmação de Boxer (1963:13), segundo o qual era mais comum os comerciantes e aventureiros portugueses se africanizarem do que os africanos se europeizarem.

No caso particular da recém-formada colónia de Angola, vários factores terão contribuído para essa situação. Por um lado, os colonos portugueses que aí se fixavam eram essencialmente criminosos e degredados que se dedicavam ao tráfico de escravos e tinham há muito abandonado a língua e cultura portuguesas (Russel-Wood 1998-2000: 262). Aliás, dos 2340 portugueses enviados para a colónia entre 1575 e 1592, apenas 300 restavam em Luanda em 1592, uma vez que 450 haviam perecido nas guerras e os restantes haviam morrido de malária ou escapado para o interior, onde adoptaram as línguas e costumes africanos (Santos 1998: 85). Por outro lado, o número de mulheres brancas na colónia era ainda mais baixo que noutras partes do império (Boxer 1977: 28-35), o que levou a um elevado índice de miscigenação. Assim, os filhos dos colonos, educados em casa pelas suas mães africanas e pelas escravas domésticas, aprendiam uma língua africana como primeira língua (Vansina 2001: 269). Dado o reduzido número de colonos brancos eram estes afro-portugueses, bilingues no português dos

seus pais e nas línguas banto de suas mães, que serviam como caçadores de escravos e protectores das rotas comerciais no interior e ocupavam altos cargos na administração pública em Luanda e Benguela (Russel-Wood 1992: 60-61).

Este contexto social é consistente com a hipótese de que desde a fundação de Luanda em 1576 até 1600, o kikongo e mais tarde o kimbundu terão sido as línguas mais faladas na colónia, a qual, à data da morte de Paulo Dias de Novais, em 1589, se restringia a Luanda, a alguns fortes no interior ao longo do rio Kuanza e à cidade de Benguela, nenhum dos quais a mais de duzentas milhas da costa (Boxer 1963: 39). Como nota Vansina (2001: 270), embora os colonos portugueses conseguissem que o português continuasse a ser a língua oficial nessa região, não eram capazes de aumentar a utilização da língua nem entre os africanos nem entre a restante comunidade de colonos.

Chegados ao século XVII, os portugueses haviam conseguido assegurar o controle sobre a área em torno de Luanda, mas o alargamento da colónia sofreu um importante revés em 1641, quando os holandeses capturaram Luanda e Benguela. As cidades foram recuperadas em 1648 pelo luso-brasileiro Salvador Correia de Sá e Benevides, mas surpreendentemente a sua recuperação não se traduziu num investimento na ocupação efectiva da colónia. Todos os esforços se centravam no incremento do fluxo de escravos para o Brasil e colónias espanholas na América. Assim, os trinta anos que se seguiram à derrota dos holandeses foram marcados por guerras consecutivas contra os reinos Ambundos de Matamba, Kissama e Kassange, que não só haviam ajudado os holandeses como impunham grandes obstáculos ao acesso a potenciais escravos no interior.

No interior a língua portuguesa ter-se-á difundido significativamente como *lingua franca* entre chefes e comerciantes, essencialmente pela sua utilidade para o estabelecimento de direitos políticos, hereditários e comerciais (Vansina 2001: 272). É provável que esta expansão se tenha também ficado a dever ao facto de a maioria dos poucos portugueses que a coroa conseguia recrutar para Angola, essencialmente condenados, serem enviados para o interior, onde eram necessários para a defesa dos presídios. Um número significativo destes recrutas chegava também de Pernambuco e Ceará no Brasil (Boxer 1965: 133).

Contudo, se no interior o português se difundia como *lingua franca* nos arredores dos presídios, na Luanda do século XVII, o kimbundu era a língua mais falada em quase todos os lares e a mais utilizada na vida diária da cidade. A excepção que confirma a regra parece ter sido um grupo muito reduzido de famílias católicas negras, falantes de português, que ficariam na história como os “velhos crioulos de Luanda” (Birmingham 2002: 148).

Segundo Vansina (*ibid.* 271), em virtude da alta taxa de mortalidade entre os colonos e o baixo afluxo de mulheres europeias, o factor que mais contribuiu para a utilização generalizada do kimbundu na colónia foi a ocupação crescente de altos cargos no exército e administração local por parte de um grande número de afro-portugueses. Igualmente importante foi o facto de a maioria dos escravos que chegavam a Luanda no século XVII provirem dos reinos de Matamba, Kissama e Kassange, onde o kimbundu era a língua principal.

Entre 1683 e 1730 houve paz em Angola (Marques 1995: 435), mas com a excepção de alguns presídios ao longo dos rios Kwanza e Cunene, o domínio efectivo dos

portugueses sobre a colónia limitava-se a Luanda. Na verdade, com a intensificação do tráfico de escravos ao longo do século XVIII, Luanda, cuja população Venâncio (1996: 435) estima ter sido de 7204 habitantes em 1796, era tudo o que importava.

A percentagem de africanos a residir em Luanda dependia da dinâmica do tráfico de escravos, mas sabemos que constituíram sempre a maioria da população. É provável que aqueles que residiam no centro tivessem algum domínio do português, mas a sua língua materna seria africana. Já os africanos residentes na periferia falariam essencialmente kimbundu ou outras línguas africanas.

Os afro-portugueses eram o segundo maior grupo social em Luanda. Existiam em menor número no centro, onde ocupavam a maioria dos cargos públicos (Venâncio 1996: 50), provavelmente devido ao facto de se dedicarem essencialmente ao tráfico de escravos e, como tal, permanecerem junto dos contingentes de escravos que aguardavam embarque para as Américas na periferia da cidade. A sua língua materna era muito provavelmente o kimbundu (*ibid.* 53), pese embora o seu bilinguismo em português.

A população branca em Luanda era ainda muito reduzida, mas era mais representativa que em séculos anteriores, levando à emergência dos primeiros conflitos entre portugueses e afro-portugueses. Na verdade, ao longo do século XVIII, os portugueses procuraram contrariar a crescente africanização dos afro-portugueses. Em 1760, a escola jesuíta foi encerrada, por ser considerada responsável pela difusão do kimbundu, e em 1765 o governador Sousa Coutinho emitiu um decreto que obrigava os pais a utilizarem português em casa, na educação dos seus filhos e no contacto com os escravos. Contudo, os portugueses eram ainda muito poucos para imporem a sua língua. A situação manteve-se inalterada até meados do século XIX, altura em que o português começou gradualmente a ser mais falado na colónia (Vansina 2001: 274-75).

O século XVIII trouxe várias tentativas de exploração da parte sul da colónia, especialmente na região de Benguela, mas estas não se traduziram em nenhuma política consequente de ocupação territorial. Não fora o facto de a partir do final do século XVIII se ter transformado no principal porto de exportação de escravos para o Brasil, a região de Benguela teria continuado praticamente abandonada até ao início do século XX.

2.2. O século XIX: Portugal vira-se para África

Depois de vários séculos centrada na exploração e colonização do Brasil, após a independência deste em 1822, a coroa portuguesa é obrigada a voltar-se para África, existindo a percepção generalizada de que sem o reforço e alargamento do domínio português efectivo nesse continente e sem a intensificação das relações comerciais com as colónias africanas, estas poderiam seguir o exemplo do Brasil (Alexandre e Dias 1998: 23-ff).

No caso particular de Angola, esta alteração traduziu-se numa clara intenção de estabelecer mais portugueses na colónia, garantir o controle do norte do território através da construção de vários estabelecimentos ao longo da costa de Ambriz e do Congo, reforçar a ligação entre Luanda e Benguela e explorar a costa e o interior desta última. Contudo, estas intenções não tiveram quaisquer consequências no quadro geral

da ocupação efectiva da colónia (Marques 1998: 140-41), pois a população residente nas áreas controladas pelos portugueses era extremamente reduzida (i.e. entre 250 000 e 300 000), especialmente a população branca (i.e. entre 1000 e 2000 no total), e maioritariamente composta por colonos afro-portugueses (Dias 1998: 366).

Foi apenas em meados do século XIX que se iniciaram novas áreas de povoamento em Angola, essencialmente devido à acção do Marquês de Sá da Bandeira, cuja política enfatizava a expansão territorial, o fim efectivo do tráfico de escravos e o desenvolvimento de uma economia de plantação (Alexandre e Dias 1998: 84). A aplicação do projecto implicava um grande número de colonos brancos, o que apenas foi possível em Moçâmedes, Porto Alexandre e Baía dos Tigres, onde chegava um crescente número de colonos vindos de Pernambuco e do Algarve (Padrão 1998). De facto, a demografia do distrito de Moçâmedes (cf. Péliissier 1997: 192) indica que a proporção de brancos e negros era mais equilibrada que em Luanda ou nos países onde se desenvolveram crioulos de base portuguesa.

No que respeita à questão linguística, há referências na literatura ao desenvolvimento de línguas mistas (ex.: olumbali) entre a população negra que trabalhava para os portugueses em Moçâmedes (Dias 1998: 446), bem como em zonas de fronteira dos territórios Bakongo, Ambundo e Ovimbundo (cf. Atkins 1955). Este facto indica que terão sido as línguas africanas e não o português a sofrer maiores índices de reestruturação em Angola neste período.

O sucesso das experiências de povoamento efectivo do território foi breve, pois na década de 1860 todas as campanhas de exploração e povoamento em curso foram suspensas, tanto no interior como na costa, e a atenção tornou a voltar-se para o estímulo do tráfico de escravos (Alexandre e Dias 1998: 84). No sul, tiveram início violentas insurreições de vários chefes africanos, com consequências negativas no número de colonos brancos nas regiões que os haviam atraído em números tão significativos na década anterior (cf. Péliissier 1997: 200).

Não obstante, o crescente interesse de outras potências coloniais nas possessões portuguesas em África, que viria a culminar com a realização da Conferência de Berlim em 1884 e a consequente partilha de África, trouxe um interesse renovado em Angola nas décadas de 1870, 1880 e 1890 (Alexandre 2000: 17). Estas caracterizaram-se pela proliferação de campanhas militares e pelo estabelecimento de novos povoamentos, especialmente na região da Huíla. Os povoamentos mais importantes foram Sá da Bandeira e o Lubango, ambos fundados em 1885 por condenados provenientes da sobrepopulada ilha da Madeira. Até meados do século XX estas duas povoações continuariam a ser os dois únicos sítios em Angola onde o número de europeus ultrapassava o número de africanos.

O final do século XIX ficou também marcado pela organização de expedições geo-militares às regiões no interior com maiores probabilidades de conflito (Dias 1998: 335) e pelos primeiros investimentos no desenvolvimento de uma rede embrionária de comunicações internas (Alexandre e Dias 1998: 114). Verificaram-se ainda alterações sociolinguísticas significativas em Luanda, uma vez que a população proveniente de Portugal duplicou (Vansina 2001). Nos anos imediatamente após a independência do Brasil e durante todo o século XIX, a população branca da cidade aumentou como consequência da chegada permanente de colonos com destino às povoações do sul de Angola que muitas vezes se fixavam em Luanda ou aí regressavam quando não

conseguiram prosperar. Para além disso, a crescente presença de brancos em Luanda trouxe algum investimento na construção de infra-estruturas de lazer (ex.: construção de um teatro em 1839) e de escolas (ex.: em 1835 foi criada uma escola pública para rapazes e outra para raparigas no ano seguinte), bem como o desenvolvimento de uma vida social embrionária na qual as mulheres, especialmente as mulheres brancas, começaram a desempenhar um papel (Dias 1998: 508-12).

Segundo Vansina (2001: 277), todos estes factores levaram a elite local a adquirir uma maior competência em português, a utilizar a língua num maior número de contextos e, conseqüentemente, a tornar-se completamente bilingue. Não obstante a influência crescente do português metropolitano, é provável que as alterações na situação sociolinguística tenham sido mais significativas em Luanda do que no interior da colónia, onde segundo o missionário suíço Héli Chatelain o kimbundu era usado como *lingua franca* por pessoas de todas as cores e classes sociais (1964 [1888-89]: xiv). Mesmo em Luanda e áreas circunvizinhas, a língua portuguesa não conseguiu ultrapassar o kimbundu como língua mais falada. As duas línguas continuaram a co-existir no que parece ter sido o início de uma situação de diglossia que sobreviveu em Angola no seu todo até ao presente.

É provável que o contacto entre o kimbundo e o português dentro e fora da cidade tenha resultado em interferência mútua. As referências de Schuchardt (1888: 230) ao *mestiço de Luanda* têm sido interpretadas pelos linguistas como prova do desenvolvimento de uma variedade pidginizada ou criouliçada do português em Angola. Contudo, é plausível que o termo *mestiço* se refira à variedade do kimbundu falada em Luanda, a qual, segundo Chatelain (2001 [1894]: v) “está desnecessariamente misturada com elementos portugueses” e “oferece pouco material para o estudo do genuíno kimbundu” (tradução da autora).

No entanto, apesar de um maior contacto com a língua alvo (i.e. português), o número dos seus contextos de uso era ainda muito reduzido, uma vez que a maioria da população continuou a usar o kimbundu no seu dia-a-dia.

2.3. O século XX: mudança em curso para o português

Embora Portugal tenha conseguido expandir consideravelmente a sua área de influência em Angola no século XIX, em 1900 tinha controlo directo sobre apenas 10% do território (Freudenthal 2001: 291). O povoamento efectivo apenas começou a ser possível nas primeiras três décadas do século XX, período durante o qual Portugal conseguiu concluir a ocupação militar do território, derrotando definitivamente a resistência do povo Lunda e povos do planalto central (Freudenthal 2001: 272), e iniciar um conjunto significativo de reformas com vista à descentralização da administração colonial.

No que respeita à política face aos africanos, as duas primeiras décadas do século XX continuariam a política segregacionista iniciada no final do século XIX, estabelecendo uma clara distinção entre os direitos políticos e legais de portugueses e “indígenas” (afro-portugueses inclusive). Esta distinção foi consagrada em documentos legais como a *Carta Orgânica de Angola* (1917), o *Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique* (1926) e o *Código de Trabalho dos Indígenas das Colónias Portuguesas de África* (1928). Embora estes documentos afirmassem a

igualdade de direitos políticos e civis entre “indígenas” e cidadãos brancos, os angolanos negros tinham de cumprir os seguintes critérios: saber ler e escrever em português, ser financeiramente independente, ter bom comportamento e abandonar as práticas culturais indígenas (Marques 2001: 26).

Subjacente a esta política segregacionista estava a crença na vocação colonial e obrigação moral dos portugueses de “salvar” os africanos da sua selvajaria natural. A difusão desta ideologia a partir do início do século XX era entendida como uma importante forma de atrair colonos portugueses para Angola (Paulo 2001: 31). Contudo, até 1920, os efeitos desta propaganda foram insignificantes, pese embora o facto de, por comparação com o século anterior, o número de colonos ter aumentado substancialmente. Segundo a análise de Freudenthal (2001: 309), os africanos continuaram a constituir a esmagadora maioria da população, mas a proporção de portugueses e afro-portugueses era agora desfavorável a estes últimos.

Devido ao aumento de colonos metropolitanos e à crescente associação entre grau de conhecimento de português e grau de “civilização”, os afro-portugueses foram obrigados a melhorar o seu domínio da língua, mas no início da década de 1920 o kimbundu era ainda a língua mais utilizada em Luanda e nas áreas circunvizinhas do interior (Freudenthal 2001: 415-16).

O aumento do número de colonos brancos era comum a toda a colónia, mas apresentava dinâmicas demográficas particulares em algumas regiões. Nas cidades costeiras de Luanda, Benguela, Lobito e Nova Lisboa e nas cidades interiores de Malange e Silva Porto, a proporção de brancos e afro-portugueses era equilibrada, mas no Sul, nas cidades de Sá da Bandeira e Moçâmedes, estes últimos ultrapassavam os primeiros. Para além disso, estas eram as duas únicas cidades onde a proporção de brancos e negros era relativamente equilibrada (Amaral 1962).

A principal razão para o reduzido número de mestiços em Moçâmedes e Sá da Bandeira prende-se com a adopção dos colonatos agrícolas como principal forma de exploração e povoamento por oposição ao modelo dos postos comerciais e presídios adoptado no norte da província (Amaral 1962: 31-32). O facto de os colonos que chegavam ao Sul virem em números relativamente elevados, chegando normalmente ao mesmo tempo e provenientes das mesmas áreas geográficas, terá contribuído para o desenvolvimento de um sentido mais forte de comunidade, o que reduzia as probabilidades de miscigenação (*ibid.* 34).

À luz deste contexto, é provável que a proporção mais equilibrada de brancos versus africanos (tanto negros como afro-portugueses) em Moçâmedes e Sá da Bandeira tenha correspondido também a uma proporção mais equilibrada de falantes nativos versus falantes não-nativos de português. Contudo, pelo menos no início do século XX, não é provável que este facto tenha levado a um uso mais generalizado do português entre as populações africanas, até pelo facto de, contrariamente a Luanda e às cidades do norte, a população negra de Moçâmedes e Sá da Bandeira ser linguisticamente muito heterogénea.

Em suma, apesar do significativo aumento no número de colonos brancos, podemos afirmar que o início do século XX em Angola continuou a caracterizar-se pelo uso mais generalizado das línguas banto por oposição ao português. Este contexto sociolinguístico terá permanecido inalterado até à década de 1950, altura em que a chegada de um número massivo de colonos portugueses alterou a demografia da

colónia. Ainda assim, segundo Bender (2004: 71), os africanos nunca constituíram menos de 95% da população, a proporção de mestiços manteve-se estável e apesar do tremendo influxo de população branca, esta nunca representou mais de 5,1% da população total da colónia.

O aumento na chegada de colonos portugueses nas décadas de 1940 e 1950 deveu-se essencialmente ao restabelecimento de colonatos agrícolas no interior, mas não é provável que o contexto social nestas colónias rurais tenha favorecido muito contacto entre portugueses e africanos uma vez que a estes últimos estava vedada a possibilidade de aí trabalharem (Bender 2004: 188).

Na década de 1960, com o início dos primeiros conflitos pró-independência, o governo metropolitano implementou uma política de povoamento que incluía mais colonos negros, aboliu o *Estatuto do Indígena* em 1961 e enviou alguns trabalhadores livres caboverdianos para os novos colonatos agrícolas multiraciais no interior (Bender 2004: 192). Porém, estas medidas foram insuficientes para garantir o sucesso destes colonatos, pois a maioria dos colonos portugueses preferia estabelecer-se nas cidades costeiras. Aí tomavam os cargos anteriormente ocupados pela elite afro-portuguesa no sector público, na economia e na política, e impunham um clima de discriminação e repressão contra os angolanos negros e afro-portugueses que fez da capacidade de falar português uma condição *sina qua non* para qualquer possibilidade de progressão social ou fuga ao sistema de trabalho forçado.

A maioria dos colonos continuava a ser predominantemente pobre e com pouca instrução. Consequentemente, muitos fixavam-se junto da população negra nos bairros pobres de Luanda (i.e. musseques) e de outras cidades costeiras, onde ocupavam os empregos de baixa qualificação disponíveis. De facto, após 1961, os muitos africanos rurais que não atravessaram a fronteira para a República Democrática do Congo para escapar ao conflito armado, rumaram às cidades costeiras, levando à concentração nos musseques de um grande número de africanos provenientes de diferentes áreas linguísticas. Por força do seu contacto com os brancos, adquiriram algum grau de proficiência em português, mas continuavam a constituir a maioria da população, i.e. os portugueses constituíam apenas 3,7% da população total dos musseques (Kasack 1996: 72), e a poder utilizar as suas línguas maternas. Neste contexto sociolinguístico, é provável que o contacto entre diferentes variedades sociais e regionais do português e línguas africanas tenha levado à ocorrência de um nivelamento linguístico (i.e. eliminação dos traços linguísticos mais marcados).

No interior, a população continuou praticamente imune à influência portuguesa até à década de 1970. Contudo, segundo Bender (2004: 264-65), face à crescente influência dos movimentos nacionalistas, o governo metropolitano investiu na intensificação da presença portuguesa no interior e durante toda a década de 1970 ordenou o agrupamento de grande parte da população em *aldeamentos*. Esta política levou a um êxodo massivo de angolanos negros e afro-portugueses para os países vizinhos, o que por sua vez levou à necessidade de importação de mão-de-obra proveniente de outras províncias. Assim, nos *aldeamentos* como nos bairros pobres das cidades, o contexto sociolinguístico incluía a presença de um grande número de africanos provenientes de diferentes contextos linguísticos.

Contudo, não é provável que o português tenha sido escolhido como *lingua franca* nestes aldeamentos. Embora estes tenham levado à aquisição de algum grau de

proficiência em português, não parece ter sido em grau significativo, pois segundo o inquérito realizado por Heimer (1974: 75) em plena véspera da independência de Angola a maioria da população no interior continuava a não ser fluente em português (i.e. 59%) e apenas uma pequena minoria o usava frequentemente (i.e. 0,1%).

3. Conclusões

Como se espera ter mostrado neste artigo, é um facto que em poucos países africanos uma língua europeia assumiu tanta importância como *lingua franca* entre a generalidade da população como a língua portuguesa em Angola (Hodges 2004: 24). Contudo, não é menos verdade que apenas 26% dos angolanos a falam de facto como língua materna (*ibid.*) e que a generalização do português entre sectores da população que falam outras línguas maternas, essencialmente do grupo banto, é um fenómeno que remonta essencialmente à segunda metade do século XX. De facto, até essa data, a presença da língua portuguesa em Angola limitava-se às principais cidades costeiras e a uma elite instruída. Só a partir da década de 1950, com o afluxo massivo de colonos portugueses e as deslocações massivas de angolanos do campo para as cidades com o início da luta pela independência, um sector significativo da população começou a ter contacto frequente com o português e necessidade de o aprender, quer por uma questão de mobilidade social quer pelo facto de esta funcionar como língua veicular no seio de comunidades agora essencialmente compostas por falantes de diferentes línguas maternas.

A mudança para o português que se iniciou em meados do século XX, por decorrer paralelamente à manutenção das línguas maternas dos falantes e num contexto em que o acesso à instrução formal e aos meios de comunicação social, principais veículos de transmissão da norma padrão do português, era ainda deficiente, foi uma mudança imperfeita, levando ao surgimento de uma variedade nacional do português altamente influenciada pela estrutura das línguas banto. É essa variedade de contacto, que difere da norma europeia a todos os níveis da gramática, que se está a generalizar entre a população angolana (Fernandes e Ntongo 2002: 19) e que Mingas (1998: 115) pensa vir a “sobrepôr-se ao “português padrão” como língua segunda dos Angolanos”.

Referências

- ALEXANDRE, Valentim. 2000. *Velho Brasil novas Áfricas – Portugal e o império (1808-1975)*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- ALEXANDRE, Valentim e Jill Dias (ed.) 1998. *O Império Africano: 1825-1890*. Lisboa: Editorial Estampa.
- AMARAL, Ilídio. 1962. *Ensaio de um estudo geográfico da rede urbana de Angola*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- ATKINS, Guy. 1955. A demographic survey of the Kimbundu-Kongo language border in Angola. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 73 (79): 325-47.
- BENDER, Gerald J. . 2004. *Angola sob o domínio português: mito e realidade* (Colecção Ensaio - 21). Luanda: Editorial Nzila.

- BIRMINGHAM, David. 2002. Angola. In: *A history of post-colonial Lusophone Africa*, ed. by Patrick Chabal, pp. 137-84. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press.
- BOXER, C. R. 1963. *Race Relations in the Portuguese colonial empire, 1415-1825*. Oxford: Clarendon Press.
- , 1965. *Portuguese society in the Tropics: the municipal councils of Goa, Macao, Bahia and Luanda, 1510-1800*. Madison and Milwaukee: University of Wisconsin Press.
- , 1977. *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica – 1415-1815 – Alguns factos, ideias e personalidades*. Lisboa: Livros Horizonte.
- CABRAL, Lisender Augusto Vicente. 2005. *Complementos verbais preposicionados do português em Angola (2 vols)*, Departamento de Linguística Geral e Românica, Universidade de Lisboa: Tese de mestrado não publicada.
- CASTRO, Ivo. 2006. *Introdução à história do português*. Lisboa: Edições Colibri.
- CHATELAIN, Héli. 1964 [1888-89]. *Grammatica Elementar do Kimbundu ou Língua de Angola*. Ridgewood, New Jersey, U.S.A: The Gregg Press Incorporated.
- , 2001 [1894]. *Folk-tales of Angola – fifty tales, with Ki-mbundu text literal English translation, introduction and notes*. Honolulu, Hawaii: University Press of the Pacific.
- CHAVAGNE, Jean-Pierre. 2005. *La langue portugaise d'Angola*, Faculté de Langues, Université Lumière Lyon 2: Unpublished PhD dissertation (Acedido a 7 de Setembro de 2007 em http://demeter.univ-lyon2.fr/sdx/theses/notice.xsp?id=lyon2.2005.chavagne_jp-principal&id_doc=lyon2.2005.chavagne_jp&isid=lyon2.2005.chavagne_jp&base=documents&dn=1).
- CUESTA, Pilar Vasquez e Maria Albertina Mendes da Luz. 1971. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Edições 70.
- CUESTA, Pilar Vazquez. 1990. O ensino do português enquanto língua segunda em Angola. *Angolê: Artes, Letras, Ideias*, 1: 15-18.
- DIAS, Jill. 1998. Angola. In: *Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Africano 1825-1890*, ed. por Valentim Alexandre e Jill Dias, pp. 319-556. Lisboa: Editorial Estampa.
- FERNANDES, João e Zavoni Ntondo. 2002. *Angola: povos e línguas* (Colecção Ensaio - Língua e Cultura). Luanda: Nzila.
- FREUDENTHAL, Aida Faria. 2001. Angola. In: *Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Africano 1890-1930* ed. por A. H. de Oliveira Marques, pp. 259-467. Lisboa: Editorial Estampa.
- GONÇALVES, Perpétua. 2002. The role of ambiguity in second language change: the case of Mozambican African Portuguese. *Second Language Research*, 18 (4): 325-47.
- , 2004a. O papel das línguas Bantu na génese do português de Moçambique: o comportamento sintáctico de constituintes locativos e direccionais. *Papia*, 14 7-30.
- , 2004b. Towards a unified vision of classes of language acquisition and change: arguments from the genesis of Moçambican African Portuguese. *Journal of Pidgin and Creole Languages*, 19 (2): 225-59.
- GONÇALVES, Perpétua e Christopher Stroud. 1997-2000. *Panorama do português oral de Maputo* (4 vols.). Moçambique: INDE.
- HEIMER, Franz-Wilhelm. 1974. *Educação e sociedade nas áreas rurais de Angola : resultados de um inquérito*. Luanda: Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola.
- HODGES, Tony. 2004. *Angola: anatomy of an oil state* (African Issues). Oxford, Bloomington and Indianapolis: The Fridtjof Nansen Institute, James Currey and Indiana University Press.
- INL. 1980. *Histórico sobre a criação dos alfabetos em línguas nacionais*. Luanda: Instituto Nacional do Livro e do Disco.

- INVERNO, Liliana. 2007. *Angola's transition to vernacular Portuguese*. Tese de mestrado não publicada apresentada a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- KASACK, Sebastian. 1996. Os musseques de Luanda: problemas do desenvolvimento urbano. *Garcia da Orta - Série de Geografia*, 15 (1): 65-78.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. 1995. *Breve História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença.
- . 1998. Organização geral: Viagens e colonização. In: *Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Africano 1825-1890* ed. por Valentim Alexandre e Jill Dias, pp. 136-65. Lisboa: Editorial Estampa.
- (ed.) 2001. *Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Africano 1890-1930* vol. 11. Lisboa: Editorial Estampa.
- MENDES, Beatriz Correia. 1985. *Contributo para o estudo da língua portuguesa em Angola*. Sessões do Instituto de Linguística da Faculdade de Letras de Lisboa. Lisboa: Instituto de Linguística da Faculdade de Letras de Lisboa.
- MINGAS, Amélia. 1998. O português em Angola: Reflexões. In: *VIII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa*, pp. 109-26. Macau: Centro Cultural da Universidade de Macau.
- PADRÃO, F. Cerviño. 1998. *A colonização do sul de Angola 1485-1974*. Lisboa: edição do autor.
- PAULO, João Carlos. 2001. Introdução: cultura e ideologia colonial. In: *Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Africano 1890-1930* ed. por A. H. de Oliveira Marques, pp. 30-88. Lisboa: Editorial Estampa.
- PÉLISSIER, Rene. 1997. *História das campanhas de Angola: resistência e revoltas 1845-1941* Lisboa: Editorial Estampa.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. 1992. *A world on the move – the Portuguese in Africa, Asia and America 1415-1808*. New York: St. Martin's Press.
- . 1998-2000. Os portugueses fora do Império. In: *A formação do Império 1415-1570 (História da Expansão Portuguesa, vol. 1)*, ed. por Maria Fernanda Alegria et al., pp. 256-65. Lisboa: Temas & Debates.
- SANTOS, João Marinho dos. 1998. *Estudos sobre os Descobrimentos e a expansão portuguesa*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- SCHUCHARDT, Hugo. 1888. On creole Portuguese. In: *The ethnography of variation: selected writings on pidgins and creoles*, ed. por T. L. Markey, pp. 59-72. Ann Arbor: Karoma.
- VANSINA, Jan. 2001. Portuguese vs Kimbundu: language use in the colony of Angola (1575- c. 1845). *Bull. Séanc. Acad. R. Sci. Outre-Mer Mede. Zitt. K. Acad. Overzeese Wet*, 47 267-81.
- VENÂNCIO, José Carlos. 1996. *A economia de Luanda e Hinterland no século XVIII – um estudo de sociologia histórica*. Lisboa: Editorial Estampa.

